



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO  
AMBIENTE, POR MEIO DO SERVIÇO  
FLORESTAL BRASILEIRO (SFB), E A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA  
BAHIA (UFSB), OBJETIVANDO A  
COOPERAÇÃO MÚTUA PARA A  
REALIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS  
E A IMPLEMENTAÇÃO DO INVENTÁRIO  
FLORESTAL NACIONAL NO ESTADO DA  
BAHIA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, neste ato representado pelo **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB)**, por meio de seu Diretor-Geral **RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO**, portador da Cédula de Identidade nº CREA/DF 5222/D, inscrito no CPF/MF sob o nº 152.129.713-49, nomeado pela Portaria nº 630 da Casa Civil, de 24 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 25 de março de 2015, e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.560.547/0001-07, com sede na Rodovia Ilhéus – Vitória da Conquista, BR-415, Km 39, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45600-000, sendo neste ato representada pelo seu Reitor, **NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 0091711428-SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.177.035-87, residente e domiciliado em Salvador-BA, nomeado pela Portaria nº 571 de 28 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2013, com observância, no que couber, das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 11.284, de 2 de março 2006 e demais regulamentações pertinentes, resolvem celebrar o presente

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,**

nos termos das cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Estabelecer, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, a realização de ações destinadas à implementação do Inventário Florestal Nacional (IFN) no estado da Bahia, em

atendimento ao art. 42, inciso VIII, do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e ao art. 71 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e ações para a realização conjunta de projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as ciências florestais e áreas afins, com utilização mútua de tecnologias, pessoal, recursos materiais e científicos já disponíveis.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Caberá ao **SFB** e a **UFSB**, no âmbito de suas competências, a implementação de ações conjuntas para o alcance dos objetivos do presente Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em conformidade com as seguintes obrigações:

### **I - Das obrigações conjuntas dos partícipes**

- a) empreender esforços logísticos, técnicos e administrativos para a implementação do presente ACT;
- b) acompanhar, rever, avaliar e monitorar a sua execução, conforme Plano de Trabalho previsto na Cláusula Segunda;
- c) cooperar, por meio de informações e apoio técnico, na produção de material técnico, científico e informativo sobre os resultados deste ACT, e fazer menção a ele em todos os documentos e produtos dele decorrentes;
- d) fazer referência a este acordo em todos os documentos e produtos dele oriundos;
- e) promover reuniões ou eventos similares, visando subsidiar o processo de avaliação, detalhamento, planejamento de atividades e revisão do Plano de Trabalho, bem como, do presente Acordo, com ampla divulgação dos resultados aos usuários interessados;
- f) possibilitar o intercâmbio de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos, incluindo a participação de servidores em atividades programadas, desde que não haja prejuízo de suas atividades normais;
- g) organizar, de comum acordo, cursos, treinamentos, reuniões técnicas, palestras, seminários, simpósios, congressos, visitas ou outros eventos congêneres;
- h) propiciar facilidades para o intercâmbio de materiais e serviços necessários às atividades de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento tecnológico e treinamento, a serem realizados no âmbito desse instrumento;
- i) colocar à disposição a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades estabelecidas neste instrumento, incluindo os insumos e materiais necessários às atividades de pesquisa, e respeitando as normas internas de cada partícipe;
- j) receber em suas dependências servidores e estudantes indicados pelo outro partícipe para participar de eventos, estágios, visitas e atividades acadêmicas, sob supervisão de servidor designado para o acompanhamento das atividades, observando todos as normas e portarias que disciplinam essas atividades;

- k) fornecer, sempre que couber, comprovantes e/ou certificados aos servidores, pesquisadores e técnicos, que especifiquem a natureza de sua participação nas atividades acadêmicas previstas no objeto do presente Acordo;
- l) levar ao conhecimento do outro partícipe qualquer fato que ocorra em suas dependências, que interfira na execução das atividades previstas neste Acordo; e
- m) notificar o outro partícipe, por Ofício, sobre falhas e irregularidades na execução deste Acordo.

## **II - Das obrigações do SFB**

- a) coordenar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Acordo;
- b) coordenar a implementação do IFN no estado da Bahia;
- c) fomentar, em articulação com o UFSB a capacitação de recursos humanos, no que couber, nas atividades e ações de implementação do IFN;
- d) prestar, quando possível, apoio técnico a UFSB, para a fiel execução do objeto deste ACT e cooperar para sua implantação;
- e) prover a UFSB apoio no processamento e análise de dados coletados no IFN do Estado da Bahia; e
- f) disponibilizar informações sobre o planejamento e a execução do Inventário Florestal Nacional de modo a facilitar os trabalhos sob a responsabilidade do UFSB.

## **II – Das obrigações da UFSB:**

- a) apoiar a implementação do Inventário Florestal Nacional no Estado da Bahia;
- b) participar do IFN por meio do apoio na identificação taxonômica das amostras de material botânico coletadas em campo;
- c) participar de iniciativas de pesquisa e de processamento e análise de dados do IFN;
- d) contribuir para a melhoria da qualidade das amostras botânicas coletadas em campo, no âmbito do Inventário Florestal Nacional, por meio da participação e ações de avaliação e controle da qualidade de dados;
- e) prover ou facilitar a participação de especialistas taxonomistas na identificação de amostras botânicas coletadas no âmbito do IFN;
- f) apoiar e participar de ações com o SFB visando o planejamento e implementação do IFN;
- g) compartilhar com o SFB e instituições estaduais dados e informações provenientes de atividades desenvolvidas no âmbito deste acordo;
- h) disponibilizar recursos humanos de seu quadro visando à execução dos trabalhos previstos no Plano de Trabalho referente a este ACT; e
- i) prestar, quando possível, apoio técnico e logístico ao SFB para a fiel execução do objeto deste Acordo de Cooperação.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

Para a execução de ações ou atividades que exijam condições específicas, os partícipes, em comum acordo, deverão formalizá-las em Planos de Trabalho específicos e assinados por ambos os partícipes, que passarão a fazer parte integrante deste instrumento.

**Parágrafo único.** O desenvolvimento do IFN deverá ser executado em estrita observância à metodologia preconizada pelo SFB.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Cada partícipe designará, por ato de seus dirigentes, servidores responsáveis pela gestão e pelo acompanhamento do presente Acordo e do Plano de Trabalho, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES**

Cada partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste Acordo de Cooperação técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO DE PESSOAS**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente ACT não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo não gera transferência de recursos ou obrigações financeiras de qualquer espécie entre os partícipes.

§ 1º Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação, dentre outras, serão assumidas por cada partícipe, dentro de suas respectivas atribuições e obrigações, e cobertas pelas dotações específicas.

§ 2º Na ocorrência de despesas, conforme previsto no parágrafo anterior, o partícipe responsável deverá adotar o procedimento administrativo próprio e a formalização dos instrumentos legais aplicáveis à espécie.

#### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos, com início na data de sua assinatura.

§ 1º Analisada a conveniência e a oportunidade, e justificada a necessidade pelos partícipes, o prazo ora estabelecido poderá ser prorrogado mediante celebração de termo aditivo.

§ 2º Havendo necessidade de continuidade do objeto do presente ajuste, e sobrevindo a sua expiração, outro ajuste será firmado, acompanhado de novo Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado

por consenso das Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes, e salvaguardados todos os trabalhos já efetivados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes da execução deste instrumento serão compartilhados entre os partícipes, com os respectivos créditos, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial e o seu patenteamento, sem o consentimento prévio e formal de ambos.

**Parágrafo único.** Qualquer dos partícipes poderá utilizar dos resultados parciais ou finais das pesquisas, ensino e extensão resultantes desse Acordo, desde que não contrarie o disposto do caput desta Cláusula, obrigando-se, contudo, em caso de publicação a consignar a presente cooperação à indicação de seus co-autores, bem como qualquer que seja o veículo de comunicação, a remeter um exemplar de cada edição, para conhecimento da outra parte, no prazo de 30 dias, contando da data de sua publicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO**

Em qualquer ação promocional e nos produtos elaborados em razão do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas e suas respectivas funções para o alcance do objeto deste ACT.

**Parágrafo único.** A divulgação deverá indicar que são do SFB a coordenação e a metodologia do IFN.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima, a publicidade de atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos, fruto deste ACT, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, observando o disposto no par. 1º do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º. Nos produtos de publicidade e comunicação, nas publicações de cartilhas, material didático, paradidático ou outro material educacional e demais publicações resultantes do presente ACT, deverão ser incluídas, em tamanho equivalente, as logomarcas do SFB, da UFSB, do Governo Federal e de demais instituições envolvidas, de acordo com as normas vigentes.

§ 2º. Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES**

É facultado ao SFB ou a UFSB, no caso de paralisação parcial ou total das atividades inerentes ao objeto do presente Instrumento, assumir a execução dessas, para evitar a descontinuidade de implantação dos programas e projetos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Serviço Florestal Brasileiro providenciar a publicação do presente Acordo, em extrato no Diário Oficial da União, na forma estabelecida no art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes.

## **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

Este ACT poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições exceto, quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por um dos partícipes e aceito pelo outro, por escrito.

**Parágrafo único.** O Plano de Trabalho poderá ser alterado sem que haja necessidade de um Termo Aditivo, desde que os partícipes concordem com a alteração.

## **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS BENS**

Não haverá transferência da propriedade dos bens que vierem a ser disponibilizados pelos partícipes no cumprimento deste ACT, devendo ser restituídos de imediato ao partícipe proprietário no caso de rescisão, denúncia ou ao final da vigência deste, salvo expressa disposição escrita em contrário.

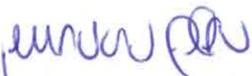
## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS E DO FORO**

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias com respeito à interpretação ou cumprimento do presente Acordo, que não puderem ser dirimidas administrativamente entre os partícipes, Fica acordado que se buscará a solução submetendo-se a controvérsia, inicialmente, à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia Geral da União – AGU, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar 73/93 e do Decreto 7.392/10.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de solução por esse meio, fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por estarem assim de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, 04 de Novembro de 2016 .



**RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO**  
Diretor Geral  
Serviço Florestal Brasileiro



**NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO**  
Reitor  
Universidade Federal do Sul da Bahia

TESTEMUNHAS:

1. NOME: \_\_\_\_\_  
2. NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

<b>MMA</b>	<b>PLANO DE TRABALHO</b>
------------	--------------------------

### 1 – DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE</b> SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB)			<b>CNPJ/CGC:</b> 37.115.375/0008-83	
<b>Endereço:</b> SCEN, trecho 2, Bloco H, Asa Norte				
<b>Cidade</b> Brasília	<b>UF</b> Distrito Federal	<b>CEP</b> 70.818-900	<b>DDD/Telefone</b> (61) 2028-7249	<b>EA</b> Federal
<b>Nome do Responsável</b> RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO			<b>Cargo</b> Diretor-Geral	
<b>ÓRGÃO/ENTIDADE COOPERANTE</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)			<b>CNPJ/CGC:</b> 18.560.547/0001-07	
<b>Endereço:</b> Rodovia Ilhéus – Vitória da Conquista, BR-415, Km 39, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45600-000				
<b>Cidade</b> Itabuna	<b>UF</b> BA	<b>CEP</b> 45600-000	<b>DDD/Telefone</b> (73) 3616-3180	<b>EA</b> Federal
<b>Nome da Responsável</b> Naomar Monteiro de Almeida Filho			<b>Cargo</b> Reitor	

### 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

<b>Identificação do Objeto</b> O presente Plano de Trabalho tem por objetivo geral estabelecer um conjunto de ações a serem realizadas dentro do âmbito da cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), visando à consecução do Inventário Florestal Nacional, bem como utilização mútua de tecnologias, pessoal, recursos materiais e científicos já disponíveis, visando a implementação conjunta de processos, projetos atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as ciências florestais e áreas afins.	<b>Período de Execução</b>	
	Junho 2016	Junho 2021
<b>Justificativa da proposição</b> O Brasil é o maior País da América Latina, ocupando uma área de 8,5 milhões de Km <sup>2</sup> , dos quais aproximadamente 516 milhões de hectares (60,7%) são cobertos por florestas (MMA, 2010). Apesar da importância de seus recursos florestais, o País não dispõe de um sistema de avaliação florestal nacional para subsidiar a formulação de políticas públicas e projetos estratégicos de uso e conservação. O principal instrumento utilizado para a avaliação estratégica de recursos florestais é o inventário florestal nacional, um levantamento de dados sobre florestas que abrange todo um país, periodicamente e utilizando técnicas de amostragem que possibilitam o monitoramento contínuo dos recursos florestais. O ministério do Meio Ambiente (MMA) iniciou os preparativos para o Inventário Florestal Nacional em meados de 2006, realizando ao longo de três anos, uma série de reuniões técnicas para o desenvolvimento de uma metodologia de coleta de dados que seja única (nacional) e adequada à implementação em todos os biomas brasileiros. Participaram deste processo inúmeras instituições de ensino, pesquisa, gestão florestal e empresas, caracterizando um processo amplamente participativo. A implementação do Inventário Florestal Nacional está sob a coordenação do Serviço Florestal Brasileiro, e recentemente fora institucionalizado por meio da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, que em seu artigo 71 determina: A União, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará o Inventário Florestal Nacional, para subsidiar a análise da existência e qualidade das florestas do País, em imóveis privados e terras públicas. Dentre os resultados práticos que se terá do IFN, em nível estratégico destacam-se o monitoramento das emissões de carbono pelas florestas do País; o balanço entre a perda e recuperação de florestas; a produção regular de indicadores de biodiversidade; o conhecimento sobre os estoques de madeira e produtos florestais não madeireiros; a identificação de áreas prioritárias para a expansão das florestas plantadas e manejo florestal sustentável de florestas naturais; a identificação de áreas prioritárias para programas de recuperação florestal, base de referência para o planejamento territorial e as políticas estaduais; base de informações para subsidiar licenciamentos de grandes obras que demandem informações sobre florestas; a ocorrência e condições de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção; a importância socioeconômica das florestas para as populações rurais e; sobretudo, a disponibilização regular de dados e informações para a sociedade brasileira. Como as informações são coletadas a cada cinco anos, o País poderá dispor de séries históricas retratando as mudanças em todas as informações produzidas, sendo estas um instrumento para o estabelecimento de cenários sob diferentes estratégias e políticas públicas. Como se trata de um projeto nacional, está sendo estabelecido um processo contínuo de articulação pelo SFB com instituições regionais para que participem e utilizem as informações do IFN, assim como acordos de cooperação técnica com instituições parceiras que participam da execução do IFN nos estados. Assim, este Acordo de Cooperação Técnica terá como um dos focos o processamento e análise de dados do levantamento de campo do IFN-BA, o que certamente será de grande importância para ambas as partes, e principalmente para o Inventário Florestal Nacional, o qual deverá se tornar nos próximos anos a principal e maior fonte de informações sobre os recursos florestais do País. Também é objeto deste Acordo de Cooperação Técnica o desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas às várias áreas do conhecimento, com ênfase nas ciências florestais, em específico atividades relacionadas a tecnologia da madeira em cooperação com o Laboratório de		

Produtos Florestais – LPF, Centro Especializado do Serviço Florestal Brasileiro, que atua desde 1973 na busca de soluções tecnológicas que visam aprimorar o uso sustentável dos recursos florestais e o desenvolvimento de projetos e atividades relacionadas a restauração florestal em cooperação com o Programa Arboretum, projeto do Serviço Florestal Brasileiro voltada a restauração florestal no extremo sul da Bahia.

O presente Plano de Trabalho objetiva viabilizar as atividades ora citadas, além de possibilitar o intercâmbio de informações e de pessoal técnico especializado entre a UFSB e o SFB, ressaltando que não há previsão de repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

As atividades acima descritas serão desenvolvidas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica durante o período de 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura do referido Acordo.

### 3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

#### META 1. Processamento e análise de dados do IFN da Mata Atlântica da Bahia.

Resultados esperados	Prazos finais	Responsáveis	Atividades a serem desenvolvidas	Verificador
Dados de campo do IFN-BA processados e analisados	09/16	SFB	Disponibilização de dados de campo	Dados disponibilizados
	12/16	UFSB	Apoio ao SFB e UFSB na identificação das amostras botânicas coletadas.	Amostras identificadas
	12/16	UFSB e SFB	Processamento dos dados de campo	Dados processados
	03/17	UFSB e SFB	Análise dos dados de campo	Dados analisados
	07/17	UFSB e SFB	Elaboração de relatórios temáticos com os resultados de campo da Mata Atlântica da Bahia.	Relatórios elaborados

#### META 2. Apoio à implementação conjunta de projetos e atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Resultados esperados	Prazos finais	Responsáveis	Atividades a serem desenvolvidas	Verificador
Atividades conjuntas de pesquisa, ensino e extensão	11/20	SFB	Apoio e suporte a projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados à formação e capacitação técnico-científica nas dependências do Laboratório de Produtos Florestais – LPF do Serviço Florestal Brasileiro e no âmbito do Programa Arboretum.	Atividades desenvolvidas
	11/20	UFSB	Apoio a atividades de pesquisa no Bioma Mata Atlântica no estado da Bahia.	Atividades desenvolvidas
	11/20	SFB/UFSB	Realizações de coletas de amostras e ensaios laboratoriais de interesse mútuo, objetivando a valorização dos recursos florestais.	Coletas e ensaios realizados
	11/20	SFB/UFSB	Desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse mútuo, objetivando a valorização dos recursos florestais.	Estudos desenvolvidos
	11/20	SFB/UFSB	Suporte e acesso a consultas bibliográficas e nas bases de dados gerenciais pelas duas instituições partícipes.	Acesso liberado

Brasília, 04 de Novembro de 2016.

Aprovo o presente Plano de Trabalho.



**RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO**  
Diretor-Geral  
Serviço Florestal Brasileiro



**NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO**  
Reitor  
Universidade Federal do Sul da Bahia

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF Nº:

Nome:  
CPF Nº:



Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Paraná das Plântas e Flores Coméridas vanjeira LTDA ME (ex)	04.131.842/0001-33	02026.000743/2015-10	3627-E

(a) - Decisão de 1ª instância nº 70/2016 - SCSUPES

A Autoridade Julgadora da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que restou impossibilitada a ciência pessoal e por via postal, dos interessados a seguir relacionados, de acordo com o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, pelo presente Edital nº 28/2016, NOTIFICA-O da decisão proferida no processo administrativo abaixo relacionado referente a Homologação do Auto de Infração e termos acessórios, com adequação do valor da multa. Da decisão proferida cabe recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Edital e deverá ser dirigido à autoridade julgadora que proferiu a decisão. O não pagamento e nem a apresentação do recurso no prazo, implicará no cumprimento da legislação vigente.

Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Luiz Carlos Stoff (a)	02.894.154/0001-52	02028.001459/2011-29	714203-D
Cláudio Rodrigues da Silva (b)	294.131.509-04	02026.000720/2013-35	714202-D

(a) - Julgamento de 1ª instância nº 758/2014 - alterou o valor da multa para R\$2.000,00 reais

(b) - Decisão de 1ª instância nº 68/2016 - SCSUPES - alterou o valor da multa para R\$500,00 reais.

A Autoridade Julgadora da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que restou impossibilitada a ciência pessoal e por via postal, dos interessados a seguir relacionados, de acordo com o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, pelo presente Edital nº 29/2016, NOTIFICA-O da decisão proferida no processo administrativo abaixo relacionado referente à Decisão de 1ª Instância que indeferiu a defesa apresentada contra o Auto de Infração, bem como, homologou a reincidência constatada. Da decisão proferida cabe recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Edital e deverá ser dirigido à autoridade julgadora que proferiu a decisão. O não pagamento e nem a apresentação do recurso no prazo, implicará no cumprimento da legislação vigente.

Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Abílio José de Souza	017.043.869-02	02026.002494/2015-88	9073902-E

(a) Decisão de 1ª Instância nº 83/2016 - SCSUPES

A Autoridade Julgadora da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que restou impossibilitada a ciência pessoal e por via postal dos interessados abaixo relacionados, de acordo com o Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008, pelo presente Edital nº 30/2016, NOTIFICA da lavratura do Auto de Infração pelo agente de fiscalização ambiental. O autuado tem prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação desta notificação para pagar o débito ou oferecer defesa, apresentado-a em qualquer unidade do Ibama. Ao pagamento realizado até a data do vencimento será concedido o desconto de 30%. Após esta data, o valor devido sofrerá atualizações e juros conforme legislação vigente. O não pagamento e nem a apresentação de defesa no prazo, implica na inclusão do devedor no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal - CadIn e, na inscrição do débito em Dívida Ativa, com posterior execução judicial.

Nome	CPF ou CNPJ	Processo	Termo Próprio
Abelcio Ernasto Eustáquio	218.470.369-72	02026.001332/2016-23	9025713-E
Abílio José de Melo	789.273.206-20	02026.000816/2016-35	9024781-E
Antonio Amadeu Balduino	022.858.869-87	02026.001672/2016-82	12325-E
Edkardo Domingos Zanetti	072.846.139-04	02026.001159/2016-15	8095941-E
Evilton Antonio Anacleto	022.627.639-41	02026.001173/2016-19	9110778-E
Evilton Antonio Anacleto	022.627.639-41	02026.001173/2016-08	8095983-E
Jair Xavier de Rosa	916.244.790-49	02026.001632/2016-01	9072146-E
João Luiz Romagnoli	850.925.502-10	02026.000816/2013-01	715021-D
José Carlos dos Santos	797.258.729-91	02026.000816/2013-02	8094820-E

Vistos dos respectivos processos poderão ser obtidas junto ao Núcleo de Instrução Processual da Superintendência do IBAMA em Santa Catarina, à Rua Conselheiro Mafra, 784 - Ed. Galaxy - Centro - Florianópolis/SC.

LUCILA CLAUDIA LAGO FRANCISCO  
Superintendente

**SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA**

A Superintendente do IBAMA no Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Edital, NOTIFICA o interessado abaixo relacionado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido para envio de correspondências, da Decisão Administrativa de 1ª Instância, onde a Autoridade Julgadora competente, decidiu pela homologação e manutenção da multa aplicada, oriunda do auto de infração lavrado em seu desfavor. NOTIFICA ainda que, face o PARRECER 02028.00008/2016-69 NUF/LORA/SE/IBAMA, o autuado fica compelido a apresentar ao IBAMA, os documentos de propriedade que esclareça a situação ambiental do lote ou PRAD. Concedemos o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital para apresentar manifestação.

Interessado	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	AI
IDAIO BOSCO ALVES	439.092.485-00	02028.000324/2009-10	5232360-D

Vistos aos respectivos processos poderá ser feita na sede da Superintendência do IBAMA no Estado de Sergipe, Sala da NUIP, à Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1548 - Capucho, CEP: 49080-903 Aracaju/SE.

VERA LÚCIA SÍLVIA CARDOSO

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 5/2016 - UASG 193126**

Nº Processo 02028000466201606 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, nas modalidades: Local (fixo fixo / fixo-móvel), Longa Distância Nacional Intra Regional (fixo fixo / fixo-móvel) e Longa Distância Nacional Inter Regional (fixo fixo / fixo-móvel), com ligações originadas na Superintendência do IBAMA em Sergipe. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 08/11/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 16h00. Endereço: Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1548 Capucho - ARACAJU - SE ou [www.comprasnet.gov.br/portal/licitacao/licitacao.asp](http://www.comprasnet.gov.br/portal/licitacao/licitacao.asp). Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 21/11/2016 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

SIMONE GOMES DE ANDRADE  
Procedira

(SIDEC - 07/11/2016) 193126-19211-2016NE80002

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE**

**EXTRATO DE RECIPROCIDADE**

ESPÉCIE-PROCESSO Nº: 02659.000203/2015-81 - ESPÉCIE: Termo de Reciprocidade nº 02/2016, firmado entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. OBJETO: cooperação mútua para a concessão de estágio obrigatório aos estudantes de cursos de educação superior nas Unidades descentralizadas do ICMBio, situadas na abrangência da Coordenação Regional em Florianópolis - 9ª Região (PR, SC, RS), segundo a lei de estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. VIGÊNCIA: será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atautenticada.html>, pelo código 00032016110800151

e/ou alterado, mediante lavratura de Termo Aditivo, com a devida justificativa (vedada a modificação do objeto). DATA DA ASSINATURA: 07/11/2016. PELA ICMBio/CR: JORGE LUIZ PEGORARO - Coordenador. PELA UERGS: ARISA ARAUJO DA LUZ - Reitora.

**AVISO DE CONSULTA PÚBLICA**

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, torna público que em observância ao disposto no art. 22, § 2º e § 3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o art. 5º, § 1º, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e do Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, está analisando a proposta de criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN):

Lafigueira Naturarte, com área de 33,68 ha, de propriedade de Thomas Pierre Brieu, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Lafigueira localizado no município de Piracema/SP.

Para maiores informações sobre a criação da unidade de conservação, favor consultar o link: [http://sistemas.icmbio.gov.br/simppn/publico/consulta\\_publica](http://sistemas.icmbio.gov.br/simppn/publico/consulta_publica). Qualquer manifestação sobre o processo da criação dessas unidades deve ser enviada por correio eletrônico para o endereço [ppn.sede@icmbio.gov.br](mailto:ppn.sede@icmbio.gov.br) ou por correspondência para: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN, Coordenação de Criação de Unidades de Conservação - COCUC, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, Caixa Postal nº 7993, CEP: 70673-970, Brasília/DF. O prazo para recebimento de sugestões e contribuições é de 20 dias a partir da data de publicação desse documento.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO  
Diretor

**UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AREMBEPE**

**AVISO DE PRORROGAÇÃO**

Informa-se a prorrogação das Atas de Registro de Preços: 04/2016 FO DANTAS ME, CNPJ: 06.921.660/0001-91 até 16/03/2017; 03/2016 FO DANTAS ME LTDA, CNPJ: 06.921.660/0001-91 até 25/04/2017.

KLEBER GOMES DE OLIVEIRA  
Chefe Substituto

**SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**EXTRATOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. OBJETO: Estabelecer, mediante a conjugação de esforços dos participantes, a realização de ações destinadas a implementação do Inventário Florestal Nacional (IFN) no Estado da Bahia, em atendimento ao art. 42, inciso VIII, do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, e ao art. 71 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e ações para a realização conjunta de projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as ciências florestais e áreas afins, com utilização mútua de tecnologias, pessoal, recursos materiais e científicos já disponíveis. PARTICÍPE: O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, por intermédio do SER-

VICO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL BAHIA - UFSB. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 04/11/2016. SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO DEUSDARA FILHO - CPF: nº 152.129.713-49 - Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO - CPF: 060.177.035-87 - Reitor - Universidade Federal do Sul Bahia - UFSB.

ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. OBJETO: Implementação do Inventário Florestal Nacional no Estado do Mato Grosso. PARTICÍPE: O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, por intermédio do SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, e a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT. VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 01/11/2016. SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO DEUSDARA FILHO - CPF: nº 152.129.713-49 - Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e ANA MARIA DI RENZO - CPF: 640.333.419-00 - Reitora - Universidade Do Estado De Mato Grosso - UNEMAT.

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 26/2016 - UASG 440075**

Nº Processo: 02209003631201645 - Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de conservação e limpeza com fornecimento de saneantes domissanitários, de materiais, de equipamentos, de ferramentas e de utensílios para atender demanda da Unidade Regional do Purus Madeira, localizada em Porto Velho-RO. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 08/11/2016 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Scen. Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco II, Brasília/DF. Cep: 70.818-900. Ass. Norte - BRASÍLIA - DF ou [www.comprasnet.gov.br/portal/licitacao/licitacao.asp](http://www.comprasnet.gov.br/portal/licitacao/licitacao.asp). Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2016 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 21/11/2016 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

SAMIR JORGE MURAD  
Diretor

(SIDEC - 07/11/2016) 440075-00001-2016NE800119

**Ministério do Planejamento,  
Desenvolvimento e Gestão**

**SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2016 - UASG 201004**

Número do Contrato: 31/2012.  
Nº Processo: 03110015322201246.  
DISPENSA Nº 39/2012. Contratante: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP. CNPJ Contratado: 07522669000192. Contratado: CEB DISTRIBUICAO S.A. - Objeto: Acréscimo quantitativo do objeto que corresponde a 52,51% do valor total estimado atualizado do contrato, perfazendo a importância de R\$ 18.643,50, bem como a inclusão do Bloco "O" de Esplanada dos Ministérios dentre as unidades atendidas neste contrato. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/11/2016 a 31/12/2016. Valor Total: R\$18.643,50. Fonte: 100000000 - 2016NE800135. Data de Assinatura: 01/11/2016.

(SICON - 07/11/2016)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19720/16-004